

GABARITO COMENTADO - SIMULADO 13/01/2018

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Guimarães

01. LETRA D

- a) Os elementos da natureza são evocados com sentido figurado, conotativo, simbolizando a criatividade linguística de Van Gogh. **ERRADA, POIS O SENTIDO EVOCADO É O DENOTATIVO, PERCEBE-SE ISSO COM CLAREZA NO ÚLTIMO PARÁGRAFO** (Van Gogh era fascinado pelos astros. Sol, Lua, estrelas. Procurava a luz à sua volta. Talvez para iluminar o seu interior sombrio. Ele precisava de todas as luzes da natureza para fazer germinar a natureza da sua Arte.)
- b) Questão de Compreensão (Compreensão ≠ Interpretação)
O texto é estruturado em três tipologias textuais: expositiva (apresenta informações sobre Van Gogh), argumentativa (apresenta opiniões do autor) e narrativa (relata acontecimentos da vida de Van Gogh):
- relato de acontecimentos: "passou os dois últimos anos de sua vida no sul da França", "foi internado no sanatório de Saint-Rémy", "descobriu na França meridional uma fonte de inspiração inesgotável";
- elenco de avaliações (conjunto de juízos de valor do autor): "Nenhum outro pintor captou e soube transmitir a luz e a energia do Sol como Vincent van Gogh", "Talvez uma destas obras mais significativas que tenha pintado foi Oliveiras com céu amarelo e Sol", "Talvez para iluminar o seu interior sombrio. Ele precisava de todas as luzes da natureza para fazer germinar a natureza da sua Arte"; e
- o uso da voz de Van Gogh no 1º parágrafo para reforçar a opinião do autor sobre a importância do sol na obra do pintor.
- c) O texto intercala três vozes autorais: a voz do autor, a voz de Van Gogh e a voz de Theo, irmão do pintor. **ERRADA, NÃO É POSSÍVEL AFIRMAR ISSO, PORQUE SÓ ESTÁ EXPLICITAMENTE NO TEXTO A VOZ DO AUTOR, E A DE VAN GOGH NESTE TRECHO** (ele escreveu: "Vim ao Midi por muitas razões. Por querer ver outra luz, crer que a contemplação da natureza(...))
- d) Trata-se de um texto que mescla relato de acontecimentos com elenco de avaliações, em que a voz de Van Gogh é trazida, reforçando o efeito de verdade produzido. **GABARITO**

02. LETRA A

- a) **CORRETA**
- b) **ERRADA** - "intui que as cores do prisma se velam com as brumas do norte" - Não deu certeza como traz a questão, intuir vem de intuição, portanto não é certeza.
- c) **ERRADA** - Em nenhum momento o texto traduz sobre a urgência de Van G. em querer analisar seus quadros ainda mais de maneira comparativa.
- d) **ERRADA** - Em nenhum momento o texto relata tais fatos.

03. LETRA B

- a) **ERRADO**
Quando Van Gogh foi internado, essa situação não tolheu sua criatividade.
- b) **CORRETO**
"Em seus últimos meses de vida, e durante uma das várias internações de Van Gogh no sanatório de Saint-Rémy, ele descobriu na França meridional uma fonte de inspiração inesgotável: as oliveiras. Com elas compartilhou os últimos dias de sua vida turbulenta."
- c) **ERRADO**
"Van Gogh era fascinado pelos astros. Sol, Lua, estrelas. Procurava a luz à sua volta. Talvez para iluminar o seu interior sombrio."
- d) **ERRADO**
De acordo com o texto, as obras de Van Gogh sempre foram bastante iluminadas e coloridas. Cores veladas e esmaecidas não figuravam em seus quadros.

04. LETRA C

Questão de Compreensão (Compreensão ≠ Interpretação).

O texto 1 diz que Van Gogh precisava de todas as luzes da natureza para fazer germinar a natureza da sua arte, e que ele se mudou para o Midi para conhecer o sol do sul da França e compreender a influência do sol nas obras de Delacroix e na maneira de desenhar dos japoneses. O texto 2 diz que Van Gogh trabalhou ao ar livre, e lidou com o vento e o pó, a grama e as árvores, e as moscas e os gafanhotos, o que explica a descoberta dos restos de um gafanhoto em uma de suas pinturas.

05. LETRA A

- a) CORRETA. O termo "pinacoteca" traz o sentido mais genérico de museu de pintura e o pronome demonstrativo "dessa" especifica de qual pinacoteca se está falando. O pronome demonstrativo "dessa" junto do termo "pinacoteca" fazem uma referência anafórica ao Museu de Arte Nelson Atkins.
- b) Errada. "Onde" e "aonde" indicam lugar, entretanto, não podem ser utilizados no mesmo contexto, pois "onde" indica localização e permanência, e "aonde" indica movimento.
- c) Errada. Quando o sujeito é um plural aparente, como é o caso dos títulos de algumas obras, a concordância do verbo "ser" é feita com o predicativo do sujeito, como se o título da obra fosse considerado apenas como um rótulo, não importando se seu conteúdo está no singular ou no plural. Nesse caso, se o título da obra está no plural e o predicativo do sujeito está no singular, o verbo "ser" fica no singular, pois é como se subentendêssemos que precedendo o título tem uma expressão no singular do tipo "a obra", "o romance", "o livro", etc.
- d) Errada. O pronome oblíquo átono sempre deve ser colocado antes do verbo quando o verbo estiver precedido de palavras que atraem o pronome, e qualquer palavra de sentido negativo (tais como: não, nunca, jamais, nem, ninguém, nada, etc.) é imã, atrai o pronome.

06. LETRA C

- a) Em "Segundo um comunicado dessa pinacoteca, o achado é apenas um dos resultados" (1º parágrafo), a palavra sublinhada funciona como conjunção conformativa
- b) Em "o achado é apenas um dos resultados emocionantes que surgiram quando o estudo científico e a investigação histórica da arte se combinaram" (1º parágrafo), a palavra sublinhada funciona como conjunção temporal [adjunto adverbial de tempo]
- d) Em "As Oliveiras é uma pintura muito querida no Nelson-Atkins e esse estudo científico não faz mais do que aumentar nossa compreensão de sua riqueza" (2º parágrafo), o pronome possessivo faz referência ao termo "pintura"

07. LETRA C

- a) O texto é um exemplar de gênero instrucional, fornecendo regras de como construir, esteticamente, uma crônica.
Errada. Texto instrucional possui função de instruir o leitor, o que não ocorre no texto dado.
- b) Trata-se de uma matéria jornalística, escrita em primeira pessoa do singular, que traz argumentos fundamentados em dados empíricos.
Errada. Um dos erros é afirmar que o texto está em primeira pessoa do singular.
- d) O cronista busca sua inspiração na leitura de textos literários, o que confere à crônica um estilo ficcional, diferente dos demais gêneros jornalísticos.
Errada. Segundo o texto a crônica leva o leitor à realidade e não à ficção.
Linha 11. [...] o cronista dê maior atenção aos problemas do modo de vida urbano [...]

08. LETRA D

onde - pronome relativo que é equivalente a EM QUE , NA QUAL , NO QUAL ...

efêmeras - passageiro .

Seja - nas duas ocorrências nos dão ideia de alternatividade

Quer - nas duas ocorrências, dão ideia de alternatividade

Ligados - sinônimo de associados.

09. LETRA B

- a) O vocábulo "já" é partícula expletiva; pode ser removida da frase sem prejuízo ao sentido ou à correção gramatical.
- c) A princípio equivale: "no começo", "inicialmente"
Em princípio equivale: "em tese"
- d) A palavra "urbano" em 2 funciona como um adjetivo em função de predicativo do sujeito, mas em 3 funciona como adjunto adnominal.

10. LETRA D

- a) Em 1, o pronome oblíquo átono pode ser posposto ao verbo. ERRADA – Pronome relativo “QUE” atrai o pronome oblíquo.
- b) Em 1, a expressão dia a dia pode ser grafada como dia-a-dia. ERRADA devido ao novo acordo ortográfico.
- c) Em 2, o travessão pode ser substituído por dois-pontos, pois anuncia uma enumeração. ERRADA, pois não se trata de uma enumeração, mas sim de uma explicação.
- d) Em 2 e 3, há um caso de variação linguística: o pronome oblíquo átono "se" pode ser anteposto ou posposto ao verbo em cada uma das ocorrências. CORRETA, pois não existe situação que obrigue o uso de próclise ou ênclise, ou seja, são dois casos facultativos.

11. LETRA D

Trecho 1: quando aterrissei em Londres, não foram os monumentos históricos que me causaram impacto, e sim o fato de me deparar com farmácias, paradas de ônibus e escolas.

A autora narra algumas de suas impressões pessoais.

Trecho 2: Sem ilusões: estamos falando de turismo, e não de um retiro espiritual.

A autora considera que viajar é uma prática turística e não um retiro espiritual.

12. LETRA C

Acerca de (= sobre).

Há cerca de (= tempo decorrido aproximado).

A cerca de (= distância aproximada).

Cerca de (= quantidade aproximada).

13. LETRA A

Pronomes relativos são aqueles que representam nomes já mencionados anteriormente e com os quais se relacionam. Introduzem as orações subordinadas adjetivas.

“O pato tem uma glândula **que** deixa as penas lubrificadas” = PRONOME RELATIVO

(**que** retoma glândula = oração subordinada adjetiva)

A glândula é lubrificadora.

14. LETRA B

- a) “ou situação que (pronome relativo, retoma situação) ela representa” (3º§).
- b) “posso garantir que (conjunção integrante = ISSO) se trata de uma verdade” (1º§). GABARITO.
- c) “para quem quer saber o que (pronome relativo, retoma o "o") é e como funciona” (1º§).
- d) “está sempre presente nas piadas que (pronome relativo, retoma piadas) circulam” (1º§).

15. Anulada

16. LETRA A

- a) Expressões Partitivas: a maioria de..., a menor parte de..., grande parte de... (ocorre dupla concordância)
Grande parte dos temas tratados - o verbo concorda com **temas**.
Obs: O verbo também poderia ficar no singular, concordando com **grande parte**.
- b) Errada. Verbo existir é pessoal. Verbo haver é IMPESSOAL. "...diversas áreas que existem..."
- c) Do ponto de vista da concordância, o trecho "Os temas tratados neste blog" poderia ser substituído pela redação: Os temas o qual é tratado neste blog.
Errada. Os temas NOS QUAIS SÃO tratados neste blog.
- d) A redação: Se faz necessário dizer que os temas tratados neste blog se referem aos assuntos institucionais das diversas áreas dos Correios poderia substituir a original, pois o pronome Se está corretamente colocado no início da oração.
Errada. Pronome oblíquo não pode ser iniciado em frases. Agora, CASO fosse uma conjunção a posição do SE estaria correta.

17. LETRA D

- a) há três orações sintaticamente coordenadas entre si e independentes do conteúdo expresso no trecho
ERRADO: Possui uma conjunção integrante no período, "que", o que denota a presença de OSS - oração subord. substantiva;
- b) o período é composto por orações subordinadas substantivas.
ERRADO: Possui uma conjunção aditiva "e", deixando claro a presença de coordenação no período;
- c) é formado por um período simples com oração absoluta e outro composto.
ERRADO: o período é apenas composto, já observado na alternativa 'a' e 'b';
- d) a primeira e segunda orações, considerando-se o contexto, possuem o mesmo sujeito.
GABARITO: Ele chegou lá / Ele viu que se tratava de um lampião;

18. LETRA A

- a) CERTA. Note que o 'que' funciona como pronome fazendo referência a um termo já citado (Bill). Poderíamos substituir perfeitamente 'que' por Bill e ainda manteria o sentido e a gramática.
- b) ERRADA. Veja os verbos:
Ter - quem tem, tem algo. VTD.
Lutar - quem luta, luta. VI="Na 2ª Guerra Mundial= adjunto adverbial de lugar.
Redigir - quem redige, redige algo. VTD
Então note que o verbo 'lutar' é intransitivo, logo nem todos os verbos transitivos
- c) ERRADA Atuam como adjuntos e não complementos verbais.
ter - complemento verbal: 20 anos
redigir - complemento verbal: a carta.
- d) ERRADA. Quem lutava e redigia? Ele (Bill).

19. LETRA D

- (E) A palavra 'recursos' é formada por prefixação.- **errado**. 'recursos' é um substantivo primitivo, não se originando de nenhum outro.
- (V) O vocábulo 'palavra-chave' é formado por justaposição. - **correto**.
- (V) A palavra 'pronunciamento' é formada por sufixação. - **correto**. radical: pronuncia. sufixo: mento

20. LETRA D

- a) Jornalista - derivação sufixal
- b) aguardente → composição por aglutinação (há perda fonética de uma dos elementos da composição : água + ardente)
- c) volta → regressiva
- d) passatempo → composição por justaposição

DIREITO CONSTITUCIONAL

Eudson Justiniano

21. LETRA C

CF, Art. 58, § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, **encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.**

22. LETRA D

O artigo 71, §1º e §2º, diz que compete ao TCU decidir a respeito da sustação de contrato ilegal, se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de 90 dias, não tomar as medidas cabíveis para tanto. **Assim, o TCU age subsidiariamente.**

Regra: Congresso age diretamente, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Exceção: Se não praticarem o ato, o TCU tem atuação subsidiária para sustar o contrato ilícito.

23. LETRA D

Competência da Câmara dos Deputados conforme Art. 51 da CF

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

* Lembrem-se que esta autorização é necessária tanto para crime comum quanto de responsabilidade.

24. LETRA A

a) Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de **impedimento**, e suceder- lhe-á, no de **vaga**, o VICE-PRESIDENTE. [GABARITO]

b) Art. 80. Em caso de **impedimento** do PRESIDENTE e do VICE-PRESIDENTE, ou **vacância** dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:

1 - o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,

2 - o do SENADO FEDERAL e

3 - o do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

c) Art. 89. § 4º O Presidente da República, **na vigência de seu mandato**, NÃO pode ser responsabilizado por atos **estranhos** ao exercício de suas funções. Art. 86.

d) Art. 89. § 3º Enquanto NÃO sobrevier sentença condenatória, NAS INFRAÇÕES COMUNS, o Presidente da República NÃO estará sujeito a prisão.

25. LETRA D

Instaurar inquérito não depende de autorização.

Art. 86. **Admitida a acusação** contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 3º **Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.**

26. **LETRA C**

- a) Art. 77, § 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- b) Art. 77, § 4º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- c) correto. Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- d) Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

27. **LETRA B**

- a) **Errado** “Da expressão ‘tendente a abolir’ infere-se com segurança que nem sempre a aprovação de uma emenda à Constituição tratando de uma das matérias arroladas nos incisos do §4º do art. 60 afrontará cláusula pétrea, caso a emenda não ‘tenda’ a suprimir uma das matérias ali arroladas. O simples fato de uma daquelas matérias ser objetos de emenda não constitui necessariamente, ofensa a cláusula pétrea [...] Essa expressão funciona, assim, como um divisor de águas, para o fim de se verificar se determinada emenda desrespeita, ou não, cláusula pétrea.”(p.612)*
- b) **Correto** “O STF reconhece o cabimento do **mandado de segurança** em hipóteses em que a vedação constitucional se dirige ao próprio processamento da lei ou da emenda, vedando a sua apresentação ou deliberação. [...] **somente os congressistas** integrantes da Casa Legislativa em que estiver tramitando a proposta são legitimados para impetrar o mandado de segurança com essa finalidade. Em nenhuma hipótese terceiros têm legitimidade para intentar o controle judicial do procedimento constitucional de elaboração dos atos normativos.” (p.616/617)*
- c) **Errado** “A iniciativa reservada (exclusiva ou privativa) quando só determinado órgão ou autoridade tem o poder de propor leis sobre certa matéria” (p.515)*
“[...] Incabível, por emenda constitucional, nos Estados-Membros, que o Poder Legislativo disponha sobre espécie reservada à iniciativa privativa dos demais Poderes da República, sob pena de afronta ao art. 61 da Lei Maior.” [ADI 1.521, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 19-6-2013, P, DJE de 13-8-2013.]
- d) **Errado** Art. 60. [...]§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: **I - a forma federativa de Estado;**

28. **LETRA A**

Inicialmente, observem os colegas concurseiros que a questão pede: *"Entre as situações que podem ocorrer no contexto descrito pelo texto, o Supremo Tribunal Federal (STF) admite a"*. Aos dispositivos:

Alternativa A - CORRETA - Recepção é o fenômeno jurídico que se dá com o ingresso de norma pré-constitucional no novo ordenamento jurídico constitucional, por conta de sua compatibilidade material, sendo a compatibilidade formal irrelevante (ver caso do CTN). É a forma de garantir a continuidade de um sistema jurídico apesar de um novo texto constitucional. É largamente aceita pelo STF, aparecendo em diversos julgados.

Alternativa B - incorreta - O STF não admite constitucionalidade superveniente. Ou seja, não se admite, no Brasil, que lei originalmente inconstitucional venha a se tornar constitucional por EC superveniente. Veja-se este exemplo: DIREITO TRIBUTÁRIO. (...) ALEGAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE. IMPOSSIBILIDADE. (...) 3. O advento da Emenda Constitucional nº 87/2015 não tornou constitucional o Protocolo Confaz nº 21/2011. **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite o fenômeno da constitucionalidade superveniente. Por essa razão, o referido ato normativo, que nasceu inconstitucional, deve ser considerado nulo perante a norma constitucional que vigorava à época de sua edição.** 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 683849 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 09/09/2016)

Alternativa C - incorreta - Veja-se que o instituto da "manutenção temporária de dispositivo constitucional anterior" até existe em nosso ordenamento jurídico. Está no art. 34 do ADCT, *in verbis*: Art. 34. O sistema tributário nacional entrará em vigor a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da Constituição, mantido, até então, o da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda nº 1, de 1969, e pelas posteriores. Ou seja, o sistema anterior foi mantido, mas apenas temporariamente, e com previsão expressa no ADCT. A regra, portanto, é a inteira revogação da constituição anterior.

Alternativa D - incorreta - Sabe-se que a ADI não pode ter como objeto normas pré-constitucionais. Veja-se exemplo: RE 353508 AgR, Relator Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 15/05/2007. Neste caso não há inconstitucionalidade (tecnicamente), mas sim revogação pura e simples, pela não recepção do texto anterior, em face de sua contrariedade material com o novo texto constitucional.

29. LETRA D

- a) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
Não precisa de nenhum complemento porque a mensagem é integral, direta logo aplicação plena. Por que não seria contida? Como falei, a aplicação é direta sem lei que restrinja.
- b) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
Mesma análise anterior; a norma não apresenta qualquer restrição; um direito adquirido não será ameaçado pela lei.
- c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
O exercício do trabalho é livre, ou seja, não precisa autorização, mas o ofício que exigir qualificação, por exemplo, está restrito ao regulamento do ofício. Não há uma liberalidade total, e cabe restrições em alguns casos que são dispostos em legislação específica. Eficácia contida.
- d) GABARITO. São direitos dos trabalhadores a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
A norma trouxe apenas uma esplanção acerca dos direitos dos trabalhadores, é como se a CF dissesse "Olha, você, trabalhador, tem direitos ta? Mas são tantos que não cabem no título de direitos sociais, é preciso elaborar uma legislação específica para saber quais. Aqui, apenas é um norte."
Eficácia limitada.

30. LETRA B

- I. **ERRADO:** Quanto ao modo de elaboração- **dogmatica**, leva em consideração os dogmas e valores em voga na sociedade no momento em que foi produzida. A que se refere ao longo processo de construção e de evolução de valores é a histórica
- II. **ERRADO:** Pelo princípio da concordância prática ou da harmonização deve-se buscar **evitar** o sacrifício total de um bem jurídico
- III. **ERRADO:** Método tópico- **problema** é que parte da prevalência do **problema** sobre a norma, no hermeneutico- concretizador prevalece a norma sobre o problema, da pra resolver só pelo título do método
- IV. **ERRADO:** O “amicus curiae”, em regra, **não pode** recorrer nos processos de controle de constitucionalidade; não poderá, nem mesmo, opor embargos de declaração¹⁷. A jurisprudência do STF reconhece uma única possibilidade de o “amicus curiae” apresentar recurso: quando o Ministro Relator indefere a participação do “amicus curiae” no processo. Nesse caso, será possível a apresentação de embargos à decisão denegatória

31. LETRA C

- a) Todo tribunal tem competência para declarar a inconstitucionalidade de lei.
Art. 97. Somente pelo voto da **maioria absoluta** de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial **poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público**
- b) Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
I - processar e julgar, originariamente:
a) a ação direta de inconstitucionalidade de **lei ou ato normativo federal ou estadual** e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
ADI= LEI/ATO normativo FEDERAL e ESTADUAL
ADC = LEI/ATO normativo FEDERAL
- c) **CORRETA.** Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
I - processar e julgar, originariamente:
i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;
O artigo 17 da LINDB estabelece um limite que deve ser observado pelo STJ, a ordem pública:
Art. 17. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, **não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.**
- d) O artigo 103 da CF de 1988 arrola quem pode propor Adin e Adecon, não fazendo distinção. Assim está expresso: “Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade”.
Destarte, quem pode propor ação direta de inconstitucionalidade, também é legitimado para propor ação declaratória de constitucionalidade.

32. LETRA D

- a) **quando proposta por cidadão dotado de plenos direitos políticos, nos casos previstos em lei infraconstitucional, poderá ser objeto de desistência, se houver julgamento contrário em caso paradigmático.** ERRADO, somente são legitimados para propor ADI aqueles que constam rol do artigo 103 da CF.

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

I - o Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

- b) **quando alcançar o deferimento de medida cautelar, produz efeitos ex tunc, desde a vigência da lei ou ato normativo impugnados.** ERRADO, no caso de DEFERIMENTO DE CAUTELAR, esta terá efeito ex nunc. Não confunda com a decisão final que possui efeitos EX TUNC.

L9868. Art. 11. § 1º A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito ex nunc, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.

- c) **quando por omissão, qualquer seja o autor, não admite desistência, nem cautelar, em razão de sua natureza.** ERRADO, realmente não se admite desistência da ação após sua propositura. Porém é admissível cautelar.

L9868. Art. 12-D. Proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, não se admitirá desistência.

L9868. Art. 12-F. Em caso de excepcional urgência e relevância da matéria, o Tribunal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, observado o disposto no art. 22, poderá conceder medida cautelar, após a audiência dos órgãos ou autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional, que deverão pronunciar-se no prazo de 5 (cinco) dias.

- d) **quando por omissão, em caso de indeferimento da inicial ao fundamento de ilegitimidade da parte, admite o agravo.** CERTO, são modalidades da inconstitucionalidade a AÇÃO ou a OMISSÃO. A própria lei L9868 faz menção a modalidade de ADI POR OMISSÃO. De decisão que indeferir ADI (seja por ação ou omissão) cabe AGRAVO.

L9868. Art. 12-C. Parágrafo único. Cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.

33. LETRA C

- a) O erro da alternativa, está no **VICE PRESIDENTE** que **não** é parte do rol de legitimados. art. 103, CF/88;

- b) O erro da alternativa é que só o STF pode realizar o controle concentrado, tbm é realizado nos Estados e cabe ao TJ em face da constituição estadual;

- c) **Correta** - Letra da lei art. 103 § 3º, CF/88

- d) o STF notificará o órgão para que adote as providências necessárias em **30 (trinta) dias** a partir da ciência da decisão ou em outro prazo razoável.

LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO

Carol Mesquita

34. LETRA A

A alternativa correta é A, já que contraria a previsão do art.108, XIII da LOM que prevê que a competência do Prefeito é de celebrar convênios, ajustes e contratos de interesse municipal e não autorizar, que passa pelo limite das atribuições do Legislativo

35. LETRA C

A alternativa correta é C

I. Assertiva correta. Art. 108-A DA LOM.

II. Assertiva correta. Art. 108-A, § 2º DA LOM.

III. Assertiva correta. Art. 108-A, § 3º DA LOM.

IV. Assertiva incorreta. Art. 108-A, § 6º DA LOM.

36. LETRA D

A alternativa correta é D, seguindo disposição da LOMBH, no seu artigo 72 e também no artigo 2º do Regimento:

- No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com o mandato dos Vereadores, a Câmara reunir-se-á no dia primeiro de janeiro para dar posse aos Vereadores, ao Prefeito e ao Vice-Prefeito e eleger a sua Mesa Diretora para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente.
- No dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, a Câmara reunir-se-á, independentemente de convocação, às 14:00 horas, para dar posse aos vereadores, eleger e dar posse a sua Mesa Diretora e dar posse ao prefeito e ao vice-prefeito.

37. LETRA D

A alternativa incorreta é D, seguindo disposição da LOMBH que diz no seu parágrafo 2º do artigo 87 que o referido prazo é de 15 dias.

38. LETRA C

A alternativa que constitui a exceção é a C, prevista no inciso XXII, do artigo 135 do Regimento interno da CMBH.

39. LETRA A

A alternativa correta é A

- I. Assertiva incorreta. Art. 41 - O presidente da Câmara participa somente nas votações secretas e, quando houver empate, nas votações públicas, contando-se a sua presença, em qualquer caso, para efeito de quorum.
- II. Assertiva incorreta. Art. 54, II - a de representação, que poderá ter de um a três membros, conforme decisão do presidente da Câmara.
- III. Assertiva correta. Art. 86, I, II e III DA LOM.
- IV. Assertiva correta. Art. 94 DA LOM.

40. LETRA D

A alternativa correta é D, seguindo disposição da LOMBH que diz no seu parágrafo 2º do artigo 2º que trás como formas de participação: plebiscito, referendo, iniciativa popular no processo legislativo, participação na administração pública e a ação fiscalizadora sobre a administração pública.

41. Questão anulada

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Gláucia Felix

42. LETRA B

A etapa de discussão é parte obrigatória do processo legislativo fazendo parte do procedimento, estrutura formal desse processo. Por esse motivo, se não observada a fase de discussão haverá vício de forma no processo legislativo. Havendo vício de forma a lei será então invalidada por desrespeito ao devido processo legal, podendo sofrer controle repressivo de constitucionalidade.

43. LETRA A

Tendo em conta que uma das partes juntou documento aos autos do processo o juiz, em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, deveria ter dado à parte contrária a oportunidade de se manifestar sobre o documentado juntado. Por não ter dado à parte o direito de se manifestar, o juiz violou o princípio do contraditório.

44. LETRA D

A Constituição, em seu art. 58, § 2º, conferiu às comissões parlamentares poder conclusivo, ou seja, poder para substituir o plenário nas deliberações sobre projetos de lei. No inciso I do §2º do art.58 a Constituição prevê a possibilidade de recurso por 1/10 dos membros da Casa quando dado poder conclusivo às Comissões. Tendo em conta que não foi permitido o recurso, houve violação do direito de os membros da Casa manifestarem as suas razões, podendo assim, ser feita a aplicação do conceito do princípio do contraditório ao processo legislativo. Da mesma forma, por se tratar de aspecto formal do processo legislativo, o desrespeito e inobservância importam em violação do devido processo legal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

45. LETRA B

Este é o conceito do princípio da mocidade.

46. LETRA C

As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

47. LETRA D

É admissível a rescisão amigável do contrato administrativo. As demais alternativas estão de acordo com a lei nº 8.666/93.

48. LETRA C

Esse é o conceito do princípio da generalidade.

49. LETRA A

É conceito de Autarquia.

50. LETRA B

Esse é o prazo estabelecido no Art. 57, IV da Lei nº 8.666/93.

51. LETRA D

De fato, esses conceitos são relacionados aos entes da administração direta e indireta.

52. LETRA C

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público necessariamente. As empresas públicas e sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado necessariamente. Por sua vez, a fundação pública pode ser pessoa jurídica de direito público ou privado.

53. LETRA B

Trata-se do Art. 60, Parágrafo Único da lei nº 8.666/93.

FINANÇAS PÚBLICAS

Rodrigo Borges

54. LETRA D

54. Em relação à Lei Orçamentária Anual, assinale a afirmativa **incorreta**.

- Integrará a Lei de Orçamento um sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- Integrará a Lei de Orçamento um quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.
- Integrará a Lei de Orçamento um quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação, além de um quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- A Lei de Orçamentos compreenderá todas as **receitas**, excluídas as de operações de crédito, e todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da Administração Indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas). **SÃO DESPESAS E NÃO RECEITAS**

55. LETRA B

- a) relatório de gestão fiscal. **NÃO É LEI**
- b) diretrizes orçamentárias. **ART. 165, II DA CF/88**
- c) demonstração dos fluxos de caixa. **NÃO É LEI**
- d) demonstração das variações patrimoniais. **NÃO É LEI**

56. LETRA D

56. “Compreende, além das tarefas relacionadas às estimativas de receitas, o **diagnóstico de problemas**, a **formulação de alternativas**, a tomada de decisões, a fixação de metas e a definição de custos, a compatibilização das propostas com base na definição de prioridades e a **montagem da proposta** a ser submetida à apreciação do Legislativo.” A fase do ciclo orçamentário descrita anteriormente refere-se à

- a) avaliação e controle.
- b) autorização legislativa.
- c) programação e execução orçamentária.
- d) **elaboração e apresentação do orçamento.** **QUESTÃO ANALÍTICA**

57. LETRA D

57. No primeiro ano de seu mandato, o Governador de determinado Estado enviou à Assembleia Legislativa **projeto de lei orçamentária** para o período restante de seu mandato, ou seja, **3 anos**. Consta, no artigo 18 do projeto, a **criação de dez cargos** de assessores de imprensa para o gabinete do Governador. Considerando os princípios orçamentários, o projeto encaminhado NÃO atende aos princípios

- a) anualidade e universalidade.
- b) exclusividade e moralidade.
- c) anualidade e moralidade.
- d) **anualidade e exclusividade.** **NÃO PODE EXCEDER 1 ANO (ANUALIDADE) E NÃO CONTER ELEMENTOS ESTRANHOS À RECEITA PREVISTA E À DESPESA FIXADA (EXCLUSIVIDADE).**

58. LETRA B

58. No exercício de 2014, o Poder Executivo de determinado ente abriu um crédito adicional para reforço da dotação de material de consumo. Com relação às autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento, considere:

- I. Os créditos suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo e terão vigência no exercício financeiro de abertura. **CORRETO**
- II. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente. **CORRETO**
- III. Os créditos especiais serão autorizados e abertos por decreto do Poder Executivo e terão vigência **somente** no exercício financeiro em que forem autorizados. **PODE HAVER A REABERTURA DOS CRÉDITOS ESPECIAIS NO CASO PREVISTO NA CF/88**
- IV. A abertura de crédito **especial** somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. **EXTRAORDINÁRIO**
- V. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. **CORRETO**

Está **correto** o que se afirma apenas em

- a) II, IV e V.
- b) **I, II e V.**
- c) I, III e IV.
- d) I e IV.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Borges

59. LETRA C

59. Em relação às políticas públicas e ao processo de comunicação, assinale a opção **correta**.

- a) A implementação de uma política pública é o momento em que se efetiva a ação e se coloca em prática a decisão política, **inexistindo** pré-condição para tanto.
- b) A abordagem **racional** refere-se à análise e formulação de políticas públicas e consiste em dar foco ao **processo político**.
- c) A partir da predefinição do problema, o processo ou ciclo de políticas públicas contempla os seguintes momentos: agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação. **CORRETO**
- d) A comunicação pública recebe essa denominação por estar **diretamente** vinculada à comunicação **praticada** pelos entes públicos.

60. LETRA A

60. Em relação a políticas públicas e a outros aspectos a elas relacionados, assinale a opção **correta**.

- a) Pesquisar um assunto, filtrá-lo, estabelecer prospecções, explicitação de valores e objetivos a serem alcançados são algumas das etapas da fase de formulação de políticas públicas, dependendo o alcance dessas propostas do grau de racionalidade do processo decisório. **CORRETO**
- b) A teoria do **equilíbrio pontuado**, um dos modelos de avaliação de políticas públicas que é fundamentado no fluxo de problemas, no fluxo de soluções e no fluxo político, visa à compreensão da formação da agenda governamental.
- c) No modelo de administração pública gerencial, o Estado opta por implementar políticas públicas resultantes das agendas governamentais e definidas **exclusivamente** pelas autoridades decisórias.
- d) Em decorrência do princípio da equidade social, especialmente nas políticas públicas direcionadas à saúde, devem-se considerar os cidadãos de forma holística, articulando-se essas políticas com outras, para atendê-los em **todas** suas reais necessidades.